

URBANO E RURAL: contradições e influências no (re)pensar da ruralidade no Brasil

*Klivia de Cássia Silva Nunes*²⁷

*Luiz Bezerra Neto*²⁸

RESUMO

Este texto discutirá a relação urbana e rural, pelo viés das ruralidades. Destarte, surge a questão norteadora: Qual é a relação do urbano com o rural? Estes espaços são distintos ou se relacionam? Estes questionamentos permitem visualizar as transformações que envolvem o processo sociocultural, político e econômico no país, sua repercussão nas políticas voltadas para o rural, seus efeitos no desenvolvimento rural, o que implica também, discutir a integração campo e cidade, pois ambos estão em constante movimento de transformação. A pesquisa é qualitativa de cunho teórico, tendo como principais interlocutores: Bezerra e Bacelar (2013), Carneiro (1998), Veiga (2002) e Wanderley (2000), entre outros. Conclui-se que estes espaços de relações e de lugar entre o urbano e o rural se complementam e se integram, mas também obscurecem a relação de poder e de interesse.

Palavras-chave: Relação urbano e rural. Política pública. Desenvolvimento rural.

URBAN AND RURAL: contradictions and influences the (re) thinking of rurality in Brazil

ABSTRACT

This paper discusses the urban and rural relationship, the bias of ruralities. Thus the main question arises: What is the urban relationship with the rural? These spaces are distinct or related? These questions allow you to view the transformations involving the socio-cultural process, political and economic in the country, its impact on policies for the rural, its effects on rural development, which implies also discuss the integration country and city, as both are in constant transformation movement. The research is qualitative theoretical nature, the main interlocutors: Bezerra and Bacelar (2013), Carneiro (1998), Veiga (2002) and Wanderley (2000), among others. We conclude that these spaces relations and place between urban and rural complement and integrate, but also obscure the relationship of power and interest.

Keywords: Relationship urban and rural. Public policy. Rural development.

²⁷ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos-UFScar. Docente da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: klivia@uft.edu.br

²⁸ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Docente da Universidade Federal de São Carlos-UFScar. E-mail: lbezerra@ufscar.br

INTRODUÇÃO

Ao se discutir a situação do campo brasileiro é preciso considerar que durante muito tempo a vida rural esteve ligada à visão de um lugar para o trabalho, moradia, subsistência e atraso. Já a cidade era vista como o lugar de lazer, trabalho, concentração, progresso, realizações e modernidades. Estes dois lugares sempre ligados direta ou indiretamente e o homem se interrelacionando com ambos.

Ao considerar a relação urbano/rural, partimos do pressuposto de que o rural só existe na relação com a cidade e que o nascimento da *urbe* traz uma nova configuração tanto do campo quanto da cidade, portanto, deve-se considerar a relação e não cisão entre ambos. Não se pode ver o rural sem relação com o urbano, embora, as condições de vida, possam ser diversas. Daí falar no rural como resíduo ou separado do urbano, não ajuda a pensar nas políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento dos dois espaços. Assim, o diálogo – urbano e rural – campo e cidade, tornam-se importante, enquanto “relações diferenciadas de interdependência e complementaridade” (BEZERRA; BACELAR, 2013, p. 35).

Nesta perspectiva, que o presente texto, busca contribuir com o debate a respeito da relação urbano e rural, pelo viés da ruralidade e das implicações para as políticas públicas com o foco para o desenvolvimento rural. Assim, surgem os seguintes questionamentos: Qual é a relação do urbano com o rural? Estes espaços²⁹ são distintos? Como eles se relacionam? Compreendemos que eles se relacionam, se integram e se complementam, de forma a superar a dicotomia entre o urbano e o rural, mas sem homogeneizar as relações e os grupos que os compõem, pois há uma enorme diversidade e diferença entre eles. Há de se considerar, por outro lado, o obscurecimento da relação de poder e interesses presentes nesta relação.

Tais pressupostos nos oportunizam visualizar as transformações que envolvem o processo sociocultural, político e econômico no país, sua repercussão nas políticas voltadas para o campo, o que implica também, discutir a integração campo e cidade, ressaltando a diversidade brasileira como ponto de partida para pensar o desenvolvimento rural no Brasil de um ponto de vista diverso daquele que aponta para a submissão do rural ao urbano, ressaltando a imbricação entre eles.

Este texto é resultado de uma pesquisa qualitativa de cunho teórico, tendo os seguintes interlocutores: Bezerra e Bacelar (2013), Carneiro (1998), Veiga (2002) e Wanderley (2000),

²⁹ Neste trabalho o termo espaço é entendido como um lugar de relações sociais, econômico, político e geográfico.

entre outros. Para tanto, foram utilizadas três categorias fundamentais: urbano, rural e ruralidade, com objetivo de analisar como o rural e o urbano se relacionam, considerando o viés da ruralidade.

Assim, o rural e o urbano não se excluem dado que fazem parte de uma única e mesma totalidade da sociedade com suas múltiplas relações, assim, se complementam e se integram, dentro de suas contradições e influências.

RELAÇÃO URBANO E RURAL: ALGUNS APONTAMENTOS

A mundialização do capitalismo é o ponto de partida para esta reflexão, uma vez que incide fortemente nas políticas produzidas para o meio rural. Por isso, discutir o espaço urbano e rural, campo e cidade, que hoje ganham novas configurações sócio-espaciais no que se refere à questão das relações sociais e do espaço, significa dizer que este conceito rural e urbano interligados deve considerar os seguintes fatores: o desenvolvimento econômico, produtivo e social, a nova organização do trabalho e a intensificação do uso da tecnologia no campo.

Sobre este contexto Pessoa e Cruz (2006, p. 5) apontam as suas principais implicações, assim:

Hoje, uma divisão nítida entre rural e urbano deixou de ser importante, pois as relações de troca se diversificam, e o enfoque passou a ser nos espaços (territórios) que dão suporte físico aos fluxos econômicos e sociais, relegando a um plano inferior, a preocupação com os limites geográficos. Essa mudança tem consequências relevantes na definição de políticas públicas, pois se passa a priorizar a dinâmica dos processos e fluxos econômicos em detrimento da abordagem anterior em que se consideravam divisões estanques entre as atividades urbanas e as rurais.

A materialização desse processo de territorialização, que vai além dos limites geográficos, tem como consequência as definições das políticas formuladas pelo poder público que ao longo dos anos permite perceber um progressivo avanço das novas características organizacionais no mundo tecnológico e do trabalho para o meio rural, ao mesmo tempo em que promove diversificação e dinamização da economia local, bem como, aumento das desigualdades econômicas e sociais nas diversas regiões.

Nesse sentido, diversos estudos sobre a ruralidade são realizados como forma de denunciar as desigualdades das regiões, por Bacelar, Bitoun, Veiga, Wanderley, entre outros, que tem como ponto comum os estudos sobre a revisão dos critérios classificatórios adotados

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além de, colocarem na agenda de discussão a demanda de uma nova tipologia para as áreas rurais.

Antes de qualquer coisa, vale fazer um parêntese sobre o uso das categorias: rural e urbano – campo e cidade, sintetizadas por Biazzo (2008, p. 144) da seguinte forma:

Sintetizando a proposta para que a nova mensagem dos pesquisadores seja acompanhada de correspondente linguagem: campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; “urbano” e “rural” são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço, seja um local, seja uma micro, meso ou macro região. Mais do que isso, urbanidades e ruralidades se combinam nos atos e na visão de mundo de cada indivíduo. São atributos, não substantivos.

Pensar sobre este aspecto de categorização dentro da perspectiva de urbanidades e ruralidades, no mínimo é provocativa, e nos ajudam a pensar sobre outros aspectos que estas categorizações vão envolver, como por exemplo, as políticas públicas para o meio rural, tais como: De que forma são asseguradas às crianças e aos jovens da zona rural uma educação de qualidade? Qual o projeto de desenvolvimento econômico para o rural? Como tratar o rural não como resíduo do urbano? De que forma pode haver a cooperação entre o campo e a cidade? Uma coisa é certa, o que tem que ser buscado não é deter o homem no campo, mas o caminho inverso, ou seja, promover as políticas públicas nas áreas rurais e nas pequenas cidades, levar as políticas de investimento onde de fato precisam, como: educação, saúde, habitação, saneamento, emprego, previdência, crédito, lazer, ou seja, políticas contra a expropriação do homem do campo, portanto, o entendimento sobre as categorias: urbano e rural – urbanidade e ruralidade se fazem necessárias.

Bezerra e Bacelar (2013) apontam que o caminho para resolver a dicotomia entre urbano e rural é rever a tipologia do rural, pois o IBGE faz a leitura de que o rural brasileiro é o que não está no urbano, o que não é urbano é rural, numa visão de exclusão e de trato do rural como resíduo do urbano. Fato este constatado pelo Censo de 2010 onde 70% dos municípios brasileiros tinham menos de 20.000 habitantes e 90% tinham menos de 50.000 habitantes.

Interessante notar a diferença que existe na classificação dos espaços, por exemplo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) faz uso de outros critérios para a tipologia. Vale ressaltar, que o Brasil, não faz parte desta organização, embora

seja considerado parceiro chave. A respeito da dimensão rural, Wanderley (2000, p. 112) quando apresenta os dados da OCDE, diz que:

[...] em função do grau de ruralidade ou de urbanização, as 2.300 pequenas regiões identificadas são reagrupadas em três categorias: as regiões essencialmente rurais, nas quais a maioria da população vive nos espaços rurais; as regiões essencialmente urbanas, que possuem menos de 15% da população no meio rural e as regiões intermediárias, cuja população rural, varia entre 15 e 50% da população total.

A título de exemplificação das questões levantadas, o Estado do Tocantins, por exemplo, apresenta a seguinte configuração demográfica: população total de 1.383.445 habitantes, dos quais 1.090.106 habitantes (79%) estão na zona urbana e 293.339 habitantes (21%) na zona rural, de acordo com dados do IBGE/2010. Já a região do Bico do Papagaio, com os seus 25 (vinte e cinco) municípios, do ponto de vista populacional, apresenta 196.389 habitantes, dos quais 66.533 habitantes vivem na área rural, o que corresponde a 33,88% do total.

Além disso, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, estes municípios variam o número de população entre 2.474 habitantes a 31.329 habitantes, estando em consonância com os argumentos de Wanderley (2000), Bezerra e Bacelar (2013), quando demonstram os dados sobre o número de habitantes por município que estão entre 20.000 habitantes a 50.000 habitantes, o que denomina sua tipologia rural ou região intermediária.

Os dados demonstram que esta configuração demográfica exige do governo incremento de investimentos de políticas públicas que favoreça o seu desenvolvimento, especialmente na área rural e nas pequenas cidades. O que confirma que existe um grande contingente de população urbana, mas que também existe um contingente de população rural que não pode ser desprezado. Além disto, os dados também indicam que no Brasil, há necessidade de se rever esta tipologia, visto que, vem a confirmar que o nosso país, não é tão urbano como parece ser.

Compartilhando desta análise, Veiga (2002, p. 32) faz a seguinte referência, para efeitos analíticos não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Com base nesta convenção, que vem sendo usada desde a década de 1950, segundo o IBGE, seria rural a população dos 4.024 municípios que possuíam menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só seria suficiente para derrubar o grau de urbanização do Brasil para 70%. Na esteira de Veiga (2002), Garcia (2003, p. 21)

entende que estes dados revelam uma persistente subestimação do que é o rural e de seu real tamanho.

Bezerra e Bacelar (2013, p. 35), sinalizam sobre a percepção equivocada do que é o rural brasileiro a partir da conversão do IBGE que remonta nos anos de 1940-1950, assim diz:

A estratégia do modelo de desenvolvimento adotado e executado no Brasil, a partir de essas décadas, priorizou intervenções nos espaços urbanos, em especial nos centros metropolitanos que vão conformar e ampliar o crescimento urbano-industrial. Isso indica que a definição é eminentemente físico-geográfica e arbitrária, por não considerar as relações e processos econômicos e sociais que constituem esses espaços sociais. Por tais pressupostos, fica claro que a definição de uma tipologia do rural brasileiro deve considerar os contextos territoriais e as distintas formas de relacionamento das áreas rurais com os centros urbanos, com os quais mantêm relações diferenciadas de interdependência e complementaridade. Dito de outra forma, a construção de uma proposta de tipologia dos espaços rurais do país, inevitavelmente, traz reflexos diretos sobre a própria concepção dos espaços urbanos, em particular dos municípios com menor população.

Assim dimensionado, o rural brasileiro ganha importância espacial e demográfica, ao mesmo tempo em que aumenta o desafio de promover o seu desenvolvimento de forma integrada, isto é, de contemplar todas as típicas dimensões de viver e trabalhar em um espaço social, como o rural.

Além disso, é preciso considerar três aspectos, tal como definido por Pessoa (2007, p. 16) quando diz que:

[...] é mais seguro falar do rural levando em conta três considerações: a) o rural não mais ou não apenas como categoria específica; b) o rural não mais ou não apenas como produção agrícola ou agropecuária; c) o rural como representação social e simbólica. Explicando um pouco melhor essa terceira dimensão, pode-se dizer que o rural, independentemente de onde se mora ou do que se faz, é uma concepção de mundo, um modo como as pessoas e os grupos organizam suas relações sociais e produtivas.

Tal explicação encontra-se ancorada no pensamento de Carneiro (1998, p. 53) desta forma:

[...] o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente.

Na contramão deste pensamento sobre o modo de vida rural, Endlich (2010, p. 29) faz uma observação interessante:

No Brasil, como no restante do mundo, a sociedade urbana, com a qualidade que Lefebvre projetou, ainda não se concretizou, consiste numa perspectiva positiva de avanço social e político em vários sentidos. Entretanto, considerando-se o viés do modo de vida e da civilização urbana, talvez o Brasil seja até mais urbano do que se

imagine. Já, a conquista da urbanidade e da sociedade urbana deverá ser mantida no cenário dos possíveis avanços sociais.

Na contradição e reforçando a visão abordada acima, Mendras (1969, p. 57) considera que:

Um grande estudo poderia ser feito sobre a difusão dos traços da cultura urbana no meio rural. Alguns rurícolas, nesse processo de aculturação, conservam certas tradições particulares e rejeitam outros traços ou comportamentos urbanos. Entretanto, assiste-se, no conjunto da França, a uma uniformização das características regionais e a uma “urbanização” do modo de vida rural. O papel dos meios de difusão da massa mereceria uma atenção particular. Infelizmente, nesse aspecto, dispomos apenas de observações fragmentadas. Paralelamente a essa “urbanização” no meio rural, convém apontar que se **observa uma “ruralização” na cidade (grifo nosso)**.

Destas poucas observações, a reflexão aqui posta se faz necessária, visto que corroboramos com a reflexão de Mendras sobre a ruralização das cidades, pois assim como os rurícolas passam por um processo de aculturação, os urbanos também, haja vista, que a migração de homens e de mulheres do campo para cidade, traz na sua bagagem o seu modo de vida do campo.

Ao se considerar a inserção dos homens do campo na cidade de forma contínua, seja no intuito de morar, seja na busca de trabalho ou estudo, pode-se dizer que se estabelecem laços entre estes dois espaços - urbano e o rural. No jogo da teia da sociabilidade, eles reelaboram suas práticas e culturas, podendo ser estas, uma das múltiplas possibilidades de interação, contradição e de disputa, pelas formas de organização cultural. Daí colocar um como superior ou, outro, na posição inferior, é uma visão folclórica do que é a relação rural e urbana, desconsiderando a dialética do movimento que envolve as relações sociais. Assim, podemos dizer, que estes dois espaços se influenciam com suas distintas territorialidades.

Por outro lado, deve-se também considerar, o preconceito contra o homem do campo e o trabalho agrícola, conforme expressa Saviani (2012, p. 25), ao dizer que este preconceito está em causa às condições materiais sobre as formas de linguagem que se configuram desta forma:

Eis por que o campo geralmente está ligado ao conceito de atrasado, primitivo, ao passo que a cidade se liga ao conceito de desenvolvido, moderno. Veja-se que campo, na sua raiz latina (rus) originou a palavra “rural” e também os termos “rústico”, “rude”, “rudimentar”, isto é, “tosco”, “grosseiro”. Na sua raiz grega (agrós) originou “agrícola” e também “agressividade”, “agre”, isto é, “acre”, que significa “áspero”, “agressivo”. Em contrapartida, cidade na sua raiz latina (civitas) gerou “civilização”, “civilizado”, “civil”, “cívico”, “civilidade”. E na sua raiz grega (polis) originou “político” e “polido”, que significa “aperfeiçoado”, “alisado”,

portanto, o contrário de “áspero” e também “atencioso”, “cortês”, isto é, o contrário de “agressivo”.

Tais visões estão postas e sedimentadas nas mais diversas formas de relacionar o campo com a cidade, e vice-versa, especialmente nas escolas, espaço este que se constitui de disputa e vínculo entre as escolas do campo e as da cidade, ou, dos alunos do campo vindos para a cidade estudar, o que se pode perceber da relação entre o campo e a cidade, muitas vezes expressa pela submissão, posta para o rural, mas é justamente esta visão de cisão, dicotomia, distinção, submissão que devem ser superadas.

Nesse sentido, é importante o descentramento das discussões urbano e rural, para que possamos de fato alinhar o olhar para o que é essencial nas discussões, colocar no caminho a igualdade que envolve direito e não obscurecer a relação de poder e de interesse que está por trás dessas discussões, o que só contribui para aumentar as desigualdades políticas e sociais.

Cabe sublinhar que estas discussões postas até o momento nos ajudam a pensar na dinâmica atual da sociedade, tanto rural quanto urbano, ambas passam por um processo de modernização e transformação. Nesse sentido, pode-se dizer que o rural não é estático, ele se insere no desenvolvimento social contemporâneo dentro de um determinado contexto social, cultura e histórico determinado. “Isso porque cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos, quer sejam eles ditos como de origem ‘urbana’ ou ‘rural’.” (CARNEIRO, 1998, p. 59).

Estas reflexões são reforçadas por Carneiro (1998, p. 61) ao tratar a ruralidade como um processo dinâmico, assim diz:

[...] pensar a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade.

A este respeito, Wanderley (2000, p. 102) percebe que pensar sobre o rural e o urbano, é estar no campo de forças de disputas e interesses de projetos que não se originam do meio rural exclusivamente, mas também do meio urbano, assim desvela:

Neste campo de forças, é importante perceber que os interesses e os projetos particulares não se originam exclusivamente da área rural. Certas concepções a

respeito do meio rural podem também ser gestadas no meio urbano e reivindicadas por grupos citadinos.

O que reforça este posicionamento o pensamento de Willits e Luloff (1995, p. 457 *apud* WANDERLEY, 2000, p.102) sobre as reivindicações de políticas públicas e privadas para a zona rural a partir da percepção do urbano por terem projetos produtivos para as suas propriedades ou como um lugar de vida:

[...] os valores rurais constituem não só importantes aspectos da herança da nação, como também são relevantes no mundo de hoje. (Os habitantes das cidades) pensam que os modos de vida rurais, os espaços abertos e as atividades agrícolas devem ser protegidos e preservados e consideram as áreas rurais como mais acolhedoras, saudáveis e menos estressantes do que outras áreas.

Daí, a importância de prestar atenção às políticas públicas destinadas ao campo, pois se desviar o olhar das necessidades de cada região brasileira se poderá colher o fruto do abismo da pobreza, como observa Veiga (2002, p. 24), assim:

Entre as causas das falsas e inadequadas interpretações da realidade rural brasileira, a mais flagrante, quase universal, é a confusão entre o rural (noção espacial) e a atividade agropecuária [...]. Dela decorre a nossa política pública dirigida à população rural, sempre pensada a partir da realidade urbana e “extrapolada” de forma simplista à população rural, visto como aquela população dedicada às atividades primária.

Nesse sentido, Veiga (2002, p 285) propõe que se pense o campo como um território e, não como um setor como tem feito os programas governamentais a eles destinados nos últimos anos. Na realidade o que se tem visto são ações governamentais fragmentadas, setorializadas, que tiram do campesinato a capacidade de resolver os problemas, perpetuando, assim, a ineficiência e desperdiçando as potencialidades do setor.

Esta análise permite concluir que o projeto de desenvolvimento para o campo adotado no país nas últimas décadas orienta apenas pelo objetivo de consolidar o agronegócio, demonstrando que todas as políticas adotadas são construídas na relação do mercado capitalista, com o objetivo da maximização dos lucros.

Este modelo de desenvolvimento econômico industrial adotado no Brasil abre perspectiva para o rural, ou seja, o processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, de acordo com Pessoa e Cruz (2006, p. 5) [...] só se lembrou do rural, porque se entendeu que havia um contingente populacional – à época, de cerca de 2/3 da população – que tinha que ser a ele incorporado, tanto em termos de força de trabalho, como de mercado consumidor.

Nesta visão, o tema “desenvolvimento” toma força no campo da política econômico-social no Brasil, passando a orientar programas governamentais. Por isso, torna-se relevante fazer aqui um recorte histórico sobre os modelos de desenvolvimento implementado no país, a partir da segunda metade do século XX, a fim de ter uma compreensão mais detalhada das políticas educacionais, destinadas ao atendimento da população rural.

Instituída a modernização do rural (1950) com base industrial, proposta pelo Banco Mundial, sob o rótulo de “Revolução Verde”, tinha como objetivo incorporar países do Terceiro Mundo aos altos padrões tecnológicos do Primeiro Mundo, de acordo com os moldes de desenvolvimento por eles idealizado.

Com profundas marcas da expansão do capitalismo para o rural, o então, mundo rural (re)nascia transformado para atender aos interesses do capital econômico, que, em nome da “modernidade” substitui os saberes e as práticas dos trabalhadores camponeses pelas máquinas e insumos. É o que descreve Silva (1998, p.20), ao analisar o processo de modernização e suas contradições, assim:

O processo de modernização, ao mesmo tempo em que implica a mercantilização intra-setorial da agricultura, promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de indústria de bens de capital e insumos para a agricultura [...].

É evidente que se tratava de novas alternativas para a melhoria de renda da família que viviam e trabalhavam no campo, com a introdução das máquinas e insumos da indústria. Desta forma o camponês ao se integrar ao modelo de modernização, resolveria outros problemas, relacionados à questão da pobreza no campo, à da moradia, à educação, à eletrificação, entre outros. Ou seja, a modernização do campo teve um significado político, ao romper com um passado que o atrelava à ideia de atraso e miséria, mas com a introdução do padrão tecnológico no campo, se aproximaria do espaço urbano como um lugar de desenvolvimento, progresso e sucesso econômico. Todavia, a “Revolução Verde” não conseguiu cumprir com sua proposta de reduzir a pobreza no campo, como apregoava, pois a modernidade não reverteu o quadro de abandono em que o camponês se encontrava.

Tal desencanto resultou nas décadas de 1970 e 1980 em uma nova proposta de desenvolvimento econômico, também apoiado pelo Banco Mundial, denominado de Desenvolvimento Rural Integrado. Para este organismo, esta seria uma forma de corrigir as

distorções criadas pela “Revolução Verde” e fazer chegar até os pequenos proprietários a ideia de inseri-los na lógica do mercado capitalista.

Todavia, cabe destacar, com Soares (2000, p. 17) que o Banco Mundial promoveu a “modernização” do campo, porém atrelada ao financiamento de um conjunto de grandes projetos industriais e de infraestrutura no país, que mais contribuíram para o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento concentrador de renda e danoso ao meio ambiente no que diz respeito à melhoria do campo em termos estruturais.

Silva (1998, p. 60), contudo já advertia acerca das contradições inerentes a este propósito do sistema capitalista, quando sustenta:

Há de se entender que o desenvolvimento capitalista é por si mesmo contraditório: cria e destrói; gera riqueza de um lado e miséria de outro. A luta de classes é a expressão social dessas contradições, as quais se traduzem nas relações de trabalho, na competição entre os capitais. Para não se autodestruírem, os capitais individuais – ou seja, os capitalistas – necessitam de um poder regulador, o Estado. Um Estado que não esteja acima das classes, mas que possa ser apropriado por esses ou daquele grupo oligopólico.

Desta forma, a política agrária é implementada de forma contraditória porque, se de um lado gera riqueza para o dono do capital; do outro, empobrece cada vez mais o pequeno proprietário rural, deixando-o enfraquecido e endividado. Manter a lavoura passou a representar, para o pequeno produtor, empréstimos com custos altos para conseguir manter uma produção minimizada para o mercado, comprar os insumos estritamente necessários para que os produtos consigam uma garantia que o governo não lhe dá em caso de perda da produção ou alteração do mercado externo. Desta forma, ele não consegue aumentar sua produção, pagar suas dívidas. O resultado final é a inevitável proletarização e aumento da desigualdade política e social.

Na década de 1990, surge um agravante para esta situação. Na lógica das políticas neoliberais e do mercado globalizado que se desenha no Brasil, um novo modelo de desenvolvimento rural, denominado de Desenvolvimento Rural com Base Local, “na sua proposta, escamoteia a realidade em que se assenta: a conformação de um capitalismo baseado na precarização, flexibilização e reduzida remuneração do trabalho; a impossibilidade de uma participação equilibrada e igualitária de toda a sociedade” (MONTENEGRO, 2006, p. 6).

Nesse contexto, o Ministério de Desenvolvimento Agrário tentou reverter a situação, apresentando uma política agrícola que equiparava a uma mesma condição o agronegócio, os

projetos da reforma agrária e agricultura familiar, que anteriormente faziam parte do mesmo processo de desenvolvimento e denominada de Novo Mundo Rural. De acordo com o documento apresentado pelo “Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 1999 (MDA) intitulado: Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado” (MONTENEGRO, 2006, p. 9).

Enfim, mais uma vez fica claro como o capitalismo em sua versão liberal efetiva o controle social, não possibilitando que as propostas para o campo sejam realmente colocadas a serviço da melhoria da qualidade de vida para todos que ali vivem e trabalham. O que ocorre, sem sombra de dúvida é um discurso duro que para Montenegro (2006, p. 12) representa mais um círculo vicioso e de soluções inócuas como: “pobreza rural → implementação de políticas de desenvolvimento de base mercantil → aumento da concorrência → aumento das desigualdades → mais pobreza rural. Nada novo sob o sol do desenvolvimento!”.

De acordo com esta visão os entraves concretos nas propostas de mudanças no desenvolvimento do campo são as próprias políticas governamentais, que não consideram a heterogeneidade típica das atividades agrícolas e rurais no Brasil. Acerca dessa visão, Navarro (2001, p. 91) entende ser ela predominante nas políticas para o campo, ainda que mesclada por surtos de transformação:

[...] esta extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais no Brasil, diferenciação que foi exacerbada intensamente no período recente, quando diversas regiões (ou atividades intra-regionais) sofreram forte intensificação econômica e dinamismo tecnológico. Em oposição, outras partes do país rural parecem ainda dormir em contextos do passado, seja no plano da (da falta de) integração econômica, seja no que concerne à natureza das relações sociais e políticas, que permanecem distantes de padrões de institucionalidade satisfatória, fruto de processos políticos que Martins (1994) apropriadamente intitulou de “o poder do atraso”.

Consideradas, pois, as diversidades do campo como afirma Navarro (2006, p. 92) “esta heterogeneidade impõe decisões igualmente diferentes, se o desenvolvimento rural vier a ser um objetivo maior das decisões nacionais”, por isso torna-se uma exigência que se coloca para as políticas públicas.

Nesta mesma linha de pensamento Carneiro (1998, p. 53) faz a seguinte consideração:

[...] que “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram

moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtos.

Sendo assim, parece-nos claro que a ação do governo precisa conhecer e reconhecer as peculiaridades rurais, a fim de programar melhor as intervenções que potencializem o desenvolvimento. Para isso, devem considerar os protagonistas que vão ser destinadas as políticas para o desenvolvimento e, integrar às propostas e às ações de reforma agrária, ao fortalecimento da pequena propriedade e da agricultura familiar, à geração de postos de trabalho de renda no campo, e aos serviços como: educação e saúde, comunicações, assistência técnica (rural, agroindustrial, industrial, de serviços e gerencial), pesquisa científica e tecnológica, para que de fato haja transformações nas condições de vida dos que habitam e trabalham no campo.

Esses fatores criaram as condições para que as populações rurais e urbanas passassem a interagir cotidianamente em diferentes e múltiplas dimensões da vida social (WANDERLEY, 2000, p. 97). O que oportunizaria a influência entre estes dois espaços - campo e cidade, porém, (re)significando o espaço do campo, de forma que o fortaleça nos aspectos econômicos, sociais, educacionais e regionais.

CONSIDERAÇÕES AINDA PRELIMINARES

Neste texto procurou-se apresentar uma breve discussão em torno de três categorias fundamentais para a compreensão das relações no campo, que são: relação entre urbano e rural, política pública e desenvolvimento rural. Para embasamento do presente texto foram usados diversos interlocutores que ajudaram a elucidar estas questões, muito embora, não tenha sido o objetivo deste trabalho tratar de forma reducionista a relação urbano e rural, mas nos limitamos a tecer algumas reflexões da relação urbano e rural, como esta relação influencia nas políticas públicas destinadas para o rural e o seu desenvolvimento, sob a vertente da ruralidade.

Além disso, procurou-se ressaltar os embates teóricos e políticos que envolvem o urbano e o rural, presentes nas discussões acadêmicas sobre a realidade brasileira, tão diversa, que para alguns, o urbano ou urbanidade, acabaria sucumbindo o rural, hipótese esta, que procuramos descartar com as argumentações traçadas.

Vale ressaltar, que nestas discussões corremos o risco de fazer afirmações de que o rural desaparecendo e tudo viraria urbano, está embutido o argumento de que os movimentos sociais que lutam pela terra também iriam virar movimentos urbanos, numa perspectiva homogeneizadora, sem considerar as lutas sociais com pautas distintas, bem como, a perda de vários direitos (que a nosso ver são poucos) demandados das próprias reivindicações da população do campo por melhores condições de vida e de trabalho no meio rural.

Tal fato implica também em refletir sobre o modelo de desenvolvimento para o rural, e que se não for levado em consideração os espaços urbano e rural, embora distintos, mas, interligados, corre-se o risco de aumentar as desigualdades sociais no país.

Pensando nisto, acredita-se que a base do desenvolvimento de uma determinada sociedade deve-se considerar a dimensão econômica, bem como, a dimensão sociocultural e ambiental, cujo contexto é o bem estar social das pessoas.

Deste modo, chega-se a conclusão de que as políticas governamentais contemplem a pauta reivindicativa da população rural, reconhecendo o protagonismo de homens e mulheres do campo, a fim de potencializar as ações das políticas voltadas para o campo, no que se refere à reforma agrária, fortalecimento da propriedade e da agricultura familiar e a oferta de serviços de qualidade como: saúde, educação, lazer, assistência técnica, pesquisa científica, tecnológica, entre outros.

Finalmente, conclui-se que é evidente a luta de classes, que tem como foco a relação de poder e de interesse da classe dominante, que é histórico e que obscurecem e fragmentam a visão, no que se refere à desigualdade social e a produção de novas desigualdades. Chega-se ao seguinte ponto para futuras pesquisas, que o rural não se urbaniza, mas se transforma e com ele, requer qualidade de vida.

Recebido em: Julho de 2015
Aceito em: Dezembro de 2015

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. Introdução: As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: MIRANDA, C. e SILVA, H. (Organizadores da Série). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013, v. 21.

- BLAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, **Anais do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa**. pp. 132-150, 2008.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, out. 1998.
- ENDLICH, Â. M. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GARCIA, R. C. **O Desenvolvimento Rural e o PPA 2000/2003: uma tentativa de avaliação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Brasília, 2003. Disponível na World Wide Web: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0938.pdf>. Acessado em: 22.01.2008.
- MENDRAS, H. A cidade e o campo. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. (Org.) **Sociologia Rural**. RJ: Jorge Zahar, 1969.
- MONTENEGRO, J. R. G. Desenvolvimento Territorial Rural: mudar para que nada mude. In: 1ª Encontro de Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói. **Anais do 1ª Encontro de Rede de Estudos Rurais**, 2006. Disponível na World Wide Web: <http://www.nead.gov.br/encontro/cdrom/gtl1/Montenegro_Gomez.> Acessado em: 20.12.2007.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. av.** [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100. ISSN 0103-4014.
- PESSOA, J. M. Extensões do Rural e Educação. In: PESSOA, J. M. (Org.). **Educação e Ruralidades**. Goiânia: Editora UFG, 2007.
- PESSOA, J. M.; CRUZ, J. A. **Relatório final: Ruralidades, saberes e sentidos da escola no meio rural em Goiás**. Goiânia, GO: UFG, 2006.
- SAVIANI, D. Prefácio. In: NOSELLA, Paolo. **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2012.
- SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. Ver. Campinas, SP: UNICAMP. Instituto de Economia, 1998.
- SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, L. de; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura, 15 outubro 2000.
- WILLITS, F. K.; LULOFF, A E. Urban residents views of rurality and contacts with rural places. Rural Sociology, 1995. In: WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura, 15 outubro 2000.